



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 5/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DE

25/11/2015

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.^a Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.^a Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos critérios de atribuição de apoios para despesas correntes às Juntas de Freguesia que compõem o Município de Mira – Aclaração da deliberação tomada em reunião do Executivo Municipal, realizada em 08 de maio de 2014. -----

-----PONTO TRÊS: Aprovação do orçamento, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2016, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

-----PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos previstos no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em articulação com o disposto no n.º 3, do art.º 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, da 10.^a alteração ao PPI do ano de 2015. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----PONTO CINCO: Aprovação, nos termos da alínea k) e ccc) do n.º 1, do artigo 33.º conjugado com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do projeto de Regulamento Municipal das Atividades de Animação e Apoio à Família, Ação Social Escolar e Componente de Apoio à Família do 1º Ciclo, da rede pública do Município de Mira.-----

-----PONTO SEIS: Integração de servidão no domínio público municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e a alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -----

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO-----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e o Vereador Sr. Nelson Teixeira Maltez. -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.º Rui Miguel dos Santos Terrível, João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Prof.ª Zélia Domingues Morais, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Gabriel Miranda Pinho. -----

-----FALTAS -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Verificou-se a falta do Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro.-----

-----**HORA DE ABERTURA** -----

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e cinquenta minutos e após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----Intervenção do Público-----

-----Não se verificaram intervenções neste período. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE SETEMBRO DE 2015**-----

-----A ata n.º 4, de 24 de setembro de 2015, foi submetida à apreciação do plenário não se tendo registado qualquer pedido de correção. -----

-----**VOTAÇÃO** -----

-----A ata n.º 4, de 24 de setembro de 2015, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

-----Não participaram na votação os Membros da Assembleia: Sr.ª Prof.ª Vera Manco, Sr.ª Prof.ª Zélia Moraes, Sr. Eng.º Rui Terrível e Sr. Dr. Francisco Reigota, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo D.L. n.º 4/2015, de 07 de janeiro. -

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, que começou por referir que no passado dia 24 a Junta de Freguesia de Carapelhos tinha celebrado 30 anos, onde tinha estado muita população a assistir à cerimónia. Nesse âmbito agradeceu aos Membros da Assembleia a sua presença, bem como a justificação dos que, por algum motivo, não tinham estado presentes e sublinhou a ausência de um representante da Mesa da Assembleia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Reportou-se à inadequada utilização dos contentores de lixo, onde com frequência eram colocados restos de ervas e podas, pelo que solicitou ao Executivo que fossem colados nos referidos caixotes autocolantes alusivos à sua correta utilização, para assim sensibilizar a população.-----

-----Acrescentou que tinha sido alertado por uma pessoa da sua Freguesia que na Rua Maia Alcoforado se encontravam 4 vasos de flores no passeio. -----

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) que recordou que tinha sido designado por aquela Assembleia Municipal para integrar uma Comissão relativa à SIMRIA, contudo ainda não tinha sido contactado para qualquer reunião, pelo que perguntou qual era o ponto de situação.-----

-----De seguida deu os parabéns à Câmara Municipal pelo apoio à estátua dos Caretos da Lagoa, pela homenagem à tradição e à cultura do Concelho de Mira. Nesse âmbito solicitou esclarecimentos em relação ao custo, tendo perguntado se a Câmara Municipal de Mira tinha pago por inteiro ou se tinha participado e porque é que o Executivo tinha articulado o assunto com a Associação dos Caretos da Lagoa, que era uma associação recente, e não com o Lagonense, que tinha uma secção mais antiga ligada aos Caretos da Lagoa.-----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que começou por dar os parabéns ao Sr. Gabriel Pinho pelo aniversário daquela Junta de Freguesia e pediu desculpa por não ter estado presente, tendo justificado a sua ausência. -----

-----De seguida alertou para a redução do número de funcionários na Repartição das Finanças de Mira, considerando que se nada fosse feito se corria o forte risco de, em breve, se assistir ao encerramento daqueles serviços. -----

-----Relembrou o estado de conservação da estrada que fazia a ligação entre o Matadouro e o Areal, onde considerou que era urgente intervir, bem como na estrada que ia da Fonte para Carromeu e a Vala do Feira, onde já tinha caído uma pessoa, também precisava de proteção. -----

-----Dirigiu-se ao Executivo, relativamente ao Orçamento Participativo de 2014, onde tinham sido atribuídos 50.000,00€ (cinquenta mil euros) para o projeto do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lar na Lentisqueira e para o projeto do Seixo, e perguntou se efetivamente já tinha havido algum desenvolvimento e qual era o ponto de situação.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Prof. Nelson Cadete, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Nelson Cadete** (PSD) que justificou a sua falta na cerimónia do aniversário da Junta de Freguesia dos Carapelhos, onde devia ter comparecido em representação da Mesa da Assembleia Municipal, tendo dito que tinha havido uma troca de datas e pediu desculpa pela sua ausência. -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção respondendo ao Sr. Gabriel Pinho que registava a questão do autocolante nos caixotes de lixo.-----

-----Quanto à questão dos vasos, disse que havia outras situações semelhantes noutros locais e que era necessário intervir em todas elas, privilegiando a mobilidade, em detrimento do que considerou como ocupação indevida do espaço público-----

-----Em relação às questões do Sr. Eng.º André Monteiro disse que tinha sido apresentado na Assembleia Municipal o pedido de alargamento da cobertura do sistema em alta para toda a área do Município. Por sua vez, a SIMRIA, que tinha passado a designar-se “Águas do Centro Litoral” (ACL), tinha contactado a Câmara Municipal de Mira no sentido de informar que tinha em curso um estudo de viabilidade de custos para integrar e resolver uma série de problemas no Município de Mira. Assim, logo que houvesse resultados do referido estudo, a Comissão seria convocada.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à questão dos Caretos da Lagoa disse que a Câmara Municipal iria comparticipar a estátua em 5.000,00€ (cinco mil euros), num total de cerca de 7.000,00€ (sete mil euros), ou seja cerca de dois terços, à semelhança do que tinha sido feito na Presa, sendo o restante comparticipado pela associação e pela população.-----

-----Relativamente ao procedimento tido para a escolha da associação, esclareceu que inicialmente tinha sido solicitado um apoio por parte da Associação dos Caretos da Lagoa. Uma vez que no Lagonense Futebol Clube já existia uma secção dos Caretos, o próprio Executivo, tendo conhecimento disso, tinha procurado estabelecer contactos com ambas as associações. Contudo, após várias reuniões e na impossibilidade de chegar a um entendimento com ambas as associações, o Executivo tinha decidido apoiar a associação que tinha feito o pedido.-----

-----Continuou a sua intervenção respondendo ao Sr. Carlos Nora que tinha tomado nota da questão relativa ao serviço de Finanças de Mira e que teria que se inteirar da situação.-----

-----Em relação às estradas disse que a respetiva intervenção estava já orçamentada e que, assim que houvesse disponibilidade financeira, seria para executar, à semelhança de outras no Concelho.-----

-----A respeito do Orçamento Participativo, disse que tinha havido reuniões mas o projeto em si não estava ainda a ser feito. O que estava previsto era estabelecer um protocolo para que os projetos pudessem ser implementados. -

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que, em nome do MAR, alertou para as questões do saneamento em Carromeu, no Casal de S. Tomé, na Calvela e nos Carapelhos, em especial para as situações que estavam a acontecer e que iam deteriorando as águas e lagoas. Nesse contexto perguntou o que é que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava previsto fazer naquela matéria e qual era a posição do Executivo relativamente à Avaliação de Impacte Ambiental da Barrinha, que estava em consulta pública. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) que referiu a questão da SIMRIA, que já tinha sido respondida, e louvou o facto de alguém, para além dele próprio, falar nos Caretos da Lagoa. Sublinhou a tradição que gostava que se mantivesse e, relativamente à estátua e à questão estética, disse que dizia respeito aos artistas e que não cabia aos presentes estar naquele espaço a decidir. Enquanto munícipe, Careto da Lagoa e Membro da Assembleia Municipal, disse que se sentia honrado pela estátua.-----

-----Quanto ao problema que tinha acontecido com as duas associações, disse que era um problema de homens, não de política, pelo que apelou a que todos os presentes apoiassem aquela tradição independentemente da associação que lhe desse suporte. -----

-----Acrescentou que a existência de uma nova associação era uma realidade, bem como o facto de uma secção do Lagonense Futebol Clube, que desde sempre tinha dado apoio logístico à tradição dos Caretos da Lagoa. Contudo, o mais importante era que os Caretos eram bem maiores do que aquelas duas associações.-----

-----Reconheceu que o Sr. Presidente da Câmara se tinha esforçado na tentativa de unir e resolver as divergências e pediu que não se negasse apoio aos Caretos da Lagoa, independentemente da associação que o solicitasse.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que começou por dar os parabéns à Junta de Freguesia dos Carapelhos pelos seus 30 anos, tendo dito que era a Freguesia mais antiga do Concelho, depois de Mira. -----

-----Lembrou a ausência do Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro e felicitou-o pelo trabalho que estava a desenvolver na instalação da nova Universidade de Medicina, em Cabo Verde, o que tinha sido noticiado no “Diário As Beiras”. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Revisitou a necessidade de se proceder à reflorestação de parte do Concelho, o que considerou que poderia ser iniciativa do Executivo, e lamentou que não houvesse qualquer iniciativa naquele sentido. -----

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção respondendo ao Sr. Eng.º Rui Terrível, nomeadamente na questão do saneamento, esclarecendo que o estudo que tinha referido tinha uma importância grande para o próprio redimensionamento das condutas da SIMRIA, o que poderia ser objeto de maior reflexão por parte da Comissão. -----

-----Em relação ao saneamento da Ermida, disse que faltava ligar a parte da EDP, para ligar as bombas, o que estaria para breve. Acrescentou que a “Miroлива” também já tinha feito a parte das obras para ligar ao saneamento, pelo que esperava que até ao final do ano a situação estivesse resolvida. -----

-----Quanto ao estudo da Barrinha disse que já tinham tido acesso ao mesmo, embora ainda não tivessem tomado uma posição. Acrescentou que se tratava de uma quarta fase, num total de seis ou sete, que naquele momento estava em consulta pública e que havia uma questão técnica ainda a resolver, nomeadamente em relação à reposição do que viesse a ser extraído da Barrinha, que teria que ser recolocado no mar, o que também aumentava o custo da obra. -----

-----Em relação à designação do estudo, “Desassoreamento da Ria de Aveiro e da Barrinha de Mira” considerou que era positivo e importante para Mira, na medida em que separava a Barrinha do total da Ria. Contudo, não menos importante, disse, era o facto de existir um Estudo de Impacte Ambiental, sem o qual não poderia haver qualquer intervenção. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Acrescentou ainda que o estudo era público e que se encontrava nas páginas da internet da APA e da Polis, onde os presentes poderiam consultar o estudo e dar a sua opinião. -----

-----Quanto à estátua dos Caretos da Lagoa anuiu com o Sr. Dr. João Luís Pinho, nomeadamente na parte de “não politizar” o assunto, o que considerou a posição mais correta e acrescentou que a Câmara tomaria todas as iniciativas para defender os Caretos, como marco cultural que eram. Disse ainda que no dia seguinte seria apresentado em Lisboa um livro sobre os Caretos, onde o próprio disse que estaria presente, numa edição da “Progestur” com a participação do Município de Mira. -----

-----Relativamente à proposta do Sr. Eng.º Calisto Coquim, disse que a reflorestação proposta era competência do ICNF, e deu como exemplo a plantação de árvores que tinha decorrido nas comemorações do Dia da Árvore, a qual só tinha sido possível com a autorização do ICNF. Acrescentou ainda que se fosse uma reflorestação de grande dimensão teria que ser integrada, planeada e autorizada pelo ICNF, porque a competência não era do Município, até porque a área referida estava afeta ao Regime Florestal Parcial. Contudo anuiu com a necessidade daquela ação e disse que, com toda a certeza, o ICNF estaria atento a apoios e fundos comunitários para a proteção da natureza e conservação. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. **João Nogueira** (PS) que disse que na Av. Cidade de Coimbra, nos semáforos junto às escolas, havia um sinal que, fruto de ventos fortes, tinha ficado inclinado assim como algumas pedras da calçada que tinham sido arrancadas. Alertou o Executivo para a necessidade de resolver a situação, que considerou de perigo e para a qual já tinha alertado por duas vezes.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que se dirigiu ao Sr. Presidente da Câmara e disse que havia coisas simples que precisavam de ser resolvidas, o que, na prática, muitas vezes se tornava mais complicado, como era do conhecimento de todos, e disso era exemplo a intervenção do Sr. João Nogueira. Mais disse que muitas vezes fazia intervenções naquela Assembleia com questões específicas e depois custava-lhe ver que no dia-a-dia os assuntos eram esquecidos. As respostas eram muito cordiais, o que também acontecia no relacionamento com a Câmara Municipal e com o Executivo, mas quando apresentava os problemas os assuntos não eram resolvidos, eram esquecidos e, na prática, não havia qualquer ação. -----

-----Deu como exemplos a planificação da época balnear de 2015, madeiras acumuladas junto à entrada na Praia de Mira, na Ponte dos Pescadores, desde 2014, situação para a qual tinha chamado a atenção antes do verão de 2014. Acrescentou que aqueles eram pequenos exemplos e que se fossem ler as atas era simples chegar às mesmas conclusões, nomeadamente ao ler as suas intervenções nas atas de 27/02/2015 ou de 29/04/2015, onde lhe tinha sido respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que estaria pronto antes do verão, o que não se tinha ainda verificado.-----

-----Relembrou que gostaria de obter mais informações relativamente à resolução das referidas situações, até porque também gostaria de poder informar a população.-----

-----Referiu ainda as questões que tinha apresentado a respeito da obra no centro da Barra de Mira, para as quais tinha alertado em 07/04/2015 e que ainda continuavam sem resposta, à semelhança do que era possível verificar no terreno, onde os problemas permaneciam inalterados, apesar de terem sido mudados alguns lancis e pavimentos.-----

-----Quanto aos jacintos, disse que o tempo tinha acabado por comprovar que afinal algumas das situações para as quais a Junta de Freguesia tinha alertado, afinal faziam sentido. Acrescentou que para a Operação Jacinto d'Água n.º 3



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha lamentado o facto de ter tido conhecimento dela muito em cima da hora, o que não se tinha repetido no número seguinte daquela operação, o que considerou positivo, para que pudesse haver melhor planeamento e mais divulgação junto da população. -----

-----Terminou a sua intervenção pedindo atenção para o documento que tinha enviado relativamente às obras da “Polis” que já estavam terminadas, cujos problemas continuavam no terreno por resolver e que, apesar de a obra estar em garantia quem andava a resolver os problemas eram os serviços do Município. -----

-----Interveio a Sr. Prof.^a **Zélia Morais**, (PS) que questionou o Sr. Presidente da Câmara em relação ao saneamento na Rua Nova do Salão e perguntou para quando se previa que o pavimento fosse feito. -----

-----Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----3.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, em resposta ao Sr. João Nogueira, disse que tomava nota do assunto e que os serviços já lá tinham estado, mas que, uma vez que não estava ainda resolvido, teriam que lá voltar.

-----Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que em algumas situações, de facto, tinha razão, noutras nem por isso, mas para todas teria que haver uma resposta. -----

-----A madeira junto ao Bairro Norte, que tinha referido, era material que pertencia a uma empresa e o Município não podia chegar lá e simplesmente levá-la. -----

-----Quanto às envolventes da Praia de Mira disse que tinha toda a razão, que o espaço estava assim havia muitos anos e que se pretendia fazer uma



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção cujo projeto tinha também evoluído desde um conceito inicial mais pequeno, porque o dinheiro não era muito, até uma ideia mais abrangente. -----

-----Relativamente às obras no centro da Barra disse que estavam dentro do prazo de garantia, portanto os problemas eram uma obrigação do empreiteiro. A esse respeito, agradeceu a carta enviada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira alertando para diversas situações e disse que grande parte dos problemas estavam resolvidos. -----

-----Nesse contexto concordou que os Membros da Assembleia alertassem para as diversas situações que competia ao Executivo resolver, à semelhança do que tinha feito também o Sr. João Nogueira. -----

-----Em relação à obra da “Polis” concordou que de facto tinha um problema onde tinha havido intervenção de funcionários do Município, o que tinha acontecido pela urgência na resolução dos mesmos, os quais teriam que ser debitados ao empreiteiro. Acrescentou que tinha já tinha comunicado à “Polis” que a manutenção dos espaços não estava a ser feita pelo empreiteiro, o que estava previsto no caderno de encargos da obra. Por sua vez a “Polis” tinha pedido que fosse feito um levantamento exaustivo de todos os problemas da obra e que, acabando o prazo, se o empreiteiro não suprisse todas as deficiências a “Polis” iria executar a garantia, para que depois pudesse abrir novo procedimento para executar a manutenção e as necessárias obras de correção. -----

-----Quanto ao saneamento para a Rua Nova do Salão, disse que o projeto estava feito, pelo que assim que fosse possível seria para avançar, que era uma obra presente no Orçamento Municipal para 2016. Disse ainda que o projeto tinha estado quase para começar, mas que tinham optado por avançar com as obras na EB de Mira, onde chovia dentro de um dos blocos. Na altura, disse, havia ainda a possibilidade das obras poderem ser financiadas, o que não se tinha vindo a verificar, mas tinha sido uma opção. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que agradeceu a explicação dada. -----

-----Quanto à resposta relativa à envolvente da Praia de Mira disse que quando o passado dava jeito ficavam com ele e quando não dava jeito atiravam-no para cima de outros. Acrescentou que a história da dita rotunda não tinha tanto tempo assim, e que talvez também simbolizasse algumas obras benfeitas noutros Executivos.-----

-----Continuou a sua intervenção solicitando esclarecimentos quanto à situação da pista pedonal e quanto tinha custado a ponte colocada pelo Exército na Barra.

-----Finda a quarta ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----4.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que a limpeza da pista pedonal era um aspeto que devia ter sido tratado pela “Polis”, que tinha acabado por ser feito pelos serviços do Município. -----

-----Em relação à ponte da Barra disse que não tinha os valores presentes, uma vez que era um assunto quase do início do mandato, mas que poderia fazer-lhe chegar os valores. Contudo disse que tinha sido uma decisão política, ou seja, ou arranjavam maneira dos camiões passarem para o outro lado para permitir a obra de reforço do cordão dunar, ou a parte do Poço da Cruz era retirado do caderno de encargos e não era executada. Acrescentou que tinham conseguido negociar parte do pagamento que tinha sido assegurado pela “Polis”. -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara**, a propósito do Plano de Ação Estratégica do Município de Mira, propôs a realização de uma sessão temática da Assembleia Municipal, com vista a discutir o documento, com a participação do público, com



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o objetivo de recolher contributos, quer dos Membros da Assembleia, quer da população. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e disse que seria uma situação a decidir juntamente com os líderes de cada grupo municipal. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que considerou que, sendo um documento estratégico que interessava à Assembleia Municipal e a todo o Concelho, seria conveniente agendar desde logo a data da sessão temática. ---

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que sugeriu que a sessão temática decorresse na Incubadora. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao “Período da Ordem do Dia”. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que, relativamente ao relatório, salientou a taxa de execução, quer em termos da despesa, quer da receita, a qual considerou que já se encontrava em número bastante elevado e que no final do ano seriam atingidos valores quase “históricos”.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que começou por destacar as taxas de execução, as quais considerou como não satisfatórias, pese embora



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concordasse que eram “históricas”, porque as que lhes antecederam eram demasiado irreais. -----

-----Referiu o aumento da dívida de curto prazo, manifestando-se preocupado uma vez que estavam quase no final do ano e não percebia como é que se podia inverter aquela tendência, apesar da explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara na anterior sessão, onde tinha afirmado que havia projetos financiados e que as contas seriam mais favoráveis. -----

-----Acrescentou que, de forma geral, em cinco meses a dívida tinha aumentado em meio milhão de euros, embora o cenário fosse diferente na dívida a longo prazo, onde a autarquia ia cumprindo. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por agradecer a intervenção do Sr. Prof. Paulo Grego, que considerou essencial e importante para o Município. Contudo disse que as contas se faziam apenas no final do ano, que era uma situação a que estavam atentos e que a comparação teria que ser feita com o valor de 31.12.2014. -----

-----Acrescentou que ajudaria muito a entrada de montantes relativos a fundos comunitários, o que, segundo informações que tinha da CCDR, seria durante o mês de novembro, nomeadamente a Requalificação da Frente Mar e a Requalificação dos Centros das Aldeias (obra da Barra), que totalizavam 170.000,00€ (cento e setenta mil euros) e 88.000,00€ (oitenta e oito mil euros), respetivamente. No entanto, disse, tinha verificado naquele mesmo dia e que até final do corrente mês já estariam menos 90.000,00€. -----

-----Mais disse que, para que o valor baixasse comparativamente a 2014, teriam que entrar cerca de 300 a 350.000,00€ (trezentos a trezentos e cinquenta mil



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros), o que estava previsto, dado que uma das tranches finais do valor do IMI entrava em dezembro e era suficiente para baixar o valor. -----

-----Referiu ainda que os valores apresentados se deviam ao facto das obras feitas no âmbito do “over booking” terem sido pagas, o que tinha exigido nos meses anteriores um grande esforço financeiro. Portanto, o dinheiro que desse entrada seria para baixar o valor da dívida, o que teria que acontecer sob pena de haver sanções para o Município. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia, dado não haver mais intervenções. -----

-----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos critérios de atribuição de apoios para despesas correntes às Juntas de Freguesia que compõem o Município de Mira – Aclaração da deliberação tomada em reunião do Executivo Municipal, realizada em 08 de maio de 2014.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por explicar que o assunto tinha sido apresentado na reunião de Câmara de 08 de maio de 2014, onde tinham sido definidos os critérios de atribuição de apoios às Juntas de Freguesia para despesas correntes. Ao consultar a ata era possível ler que o próprio tinha dito que era para fixar critérios para o mandato. Contudo na proposta não era explícito, o que, em termos de contabilidade e serviços jurídicos, seria assumir compromissos plurianuais, que não estavam refletidos na deliberação, daí haver necessidade daquela proposta de aclaração.-----

-----Acrescentou que, com o decorrer do ano tinham tentado resolver a situação, mas tinham chegado à conclusão de que não era possível sem que o documento fosse novamente apresentado em sessão da Assembleia Municipal.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Acrescentou que estavam deliberados 40.000,00€ (quarenta mil euros) a atribuir às Juntas de Freguesia, mas só iam ser pagos 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) e em janeiro pagariam o restante, referente ao ano 2015. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que se mostrou mais descansado face ao compromisso assumido pelo Sr. Presidente da Câmara, para com as Juntas de Freguesia do Concelho de Mira. No entanto, disse que as Juntas de Freguesia, tal como a Câmara, tinham que trabalhar durante o ano inteiro e tinham que saber mais ou menos com o que podiam contar. -----

-----Em 2014, e muito bem, o Executivo tinha pago no primeiro semestre 50% do valor definido e os restantes 50% no segundo semestre, o que tinha sido correto. Naquele ano, disse, tinha havido uma reunião onde o seu congénere Dr. Tiago Cruz tinha solicitado a possibilidade do adiantamento das verbas, o que tinha sido considerado vantajoso para a própria gestão do ano. O Sr. Presidente da Câmara tinha sugerido que enviassem um ofício a solicitar o proposto, o qual disse ter enviado a 27 de janeiro de 2015. Para além disso, também o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que, possivelmente iria disponibilizar uma verba para aquisição de maquinaria para todas as Juntas de Freguesia. O que era certo era que estavam quase no final do ano e sem a situação resolvida. -----

-----Relativamente à proposta aprovada na reunião de 08 de maio de 2014, disse que tinha ficado claro que era para um mandato e não só para aquele ano. No entanto, a situação devia ter sido resolvida antes, uma vez que o ano já estava quase no fim e o trabalho do dia-a-dia de todos era influenciado também por aquelas verbas.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que começou por dizer que parte das suas perguntas tinham sido já respondidas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nas intervenções anteriores. No entanto, como era do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, tinha sido crítico relativamente ao atraso daquele pagamento, na medida em que considerava importante para a gestão da Junta de Freguesia a que presidia que aqueles pagamentos fossem feitos atempadamente para o normal funcionamento da mesma. -----

-----Contudo, agradeceu aquela atitude, uma vez que iam receber e que tinha havido o bom senso de resolver a situação.-----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que reconheceu o erro e que as Juntas de Freguesia precisavam do dinheiro. Contudo, disse, durante o início de 2016 a questão do apoio para maquinaria ficaria resolvida e com aquela deliberação, em 2016, voltariam à normalidade, de pagar metade no primeiro semestre e a restante metade no segundo semestre. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** interrompeu a sessão durante 10 minutos. -----

-----**VOTAÇÃO** -----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade.** -----

-----Não participaram na votação os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 69.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo D.L. n.º 4/2015, de 07 de janeiro-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PONTO TRÊS: Aprovação do orçamento, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2016, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por realçar que o orçamento baixava cerca de 300.000€ (trezentos mil euros), que era mais realista e que as taxas de execução eram, por isso, cada vez mais elevadas. Referiu que a taxa de execução deveria chegar aos 75%, sendo que naquela data já ia em 69%, por conseguinte, ao baixar o valor total do orçamento seria possível atingir valores mais elevados na taxa de execução, que, segundo a lei, deveria ser de 85%. -----

-----Continuou a sua intervenção referindo que, devido ao facto de não haver ainda Orçamento de Estado aprovado para 2016, o Orçamento Municipal tinha sido feito de acordo com as regras definidas no Orçamento de Estado de 2015. Ou seja, todas as previsões de receita e de despesa, nomeadamente com as despesas com o pessoal, tinha sido feito de acordo com o Orçamento de Estado de 2015, pelo que era certo que haveria alterações. Acrescentou ainda que esperava que houvesse alterações, quer a nível das despesas com o pessoal, quer a nível do FEF, e que também houvesse compensação nas referidas alterações. -----

-----Referiu uma diminuição na receita de cerca de 279.000,00€ (duzentos e setenta e nove mil euros), relativos ao QREN. Mais disse que se estava num período de transição para o “Portugal 2020”, em que havia muitas coisas por



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

definir, havia um mapa de projetos e candidaturas para 2016. Referiu um quadro onde constavam todos os financiamentos e pediu desculpa pelo facto do relatório não ter sido paginado. -----

-----Disse ainda que o Município de Mira tinha 1.400.000,00€ (um milhão e quatrocentos mil euros) do QREN para receber, grande parte do qual teria que estar executado até 31 de dezembro. -----

-----Tendo em conta a despesa com pessoal, a despesa corrente, nomeadamente com a ERSUC, a SIMRIA, a EDP, entre outras, ficavam com dificuldade em avançar com grandes obras, pelo que a forma de ultrapassar aquela dificuldade era através do financiamento comunitário, ou com o recurso a empréstimos na banca, o que não era a política do Executivo. -----

-----Relativamente às GOP's, disse que grande parte tinha sido orientada no sentido das candidaturas a fundos comunitários que estavam previstas abrir em 2016, das quais destacou o cadastro das infraestruturas de águas e saneamento, cuja candidatura já tinha sido feita e até 31 de dezembro iria ser feita a candidatura da valorização dos resíduos, para o ecocentro, e para a instalação dos "moloks". -----

-----Acrescentou que era entendimento do Executivo, naquela fase inicial do novo quadro comunitário, fazer candidaturas aos avisos, porque poderia haver Municípios ou entidades que não estivessem preparados numa ou outra questão e Mira conseguir a aprovação de alguns projetos. -----

-----Continuou a sua intervenção destacando, na Proteção Civil, uma intervenção na envolvente das margens da Barrinha, Lagoa, Casal de S. Tomé e na envolvente do Campo do Touring e justificou o seu enquadramento naquela área pelo facto de existir um objetivo temático dentro do quadro comunitário designado por "proteção contra cheias, inundações e erosão costeira", onde poderiam ser enquadradas as referidas situações. -----

-----Salientou um protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira, num montante de 40.000,00€ (quarenta mil euros), ao qual



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se juntavam as verbas das “EIP’s”, num montante de 32.000,00€ (trinta e dois mil euros), e a vigilância nas praias, com um valor de 5.000,00€ (cinco mil euros).

-----Referiu ainda a estratégia designada por “PARU’S”, da CCDR, direcionada para centros urbanos abaixo de 40.000 habitantes para desenvolvimento de ações imateriais, bem como para regeneração e requalificação de centros urbanos, onde se integravam intervenções nas várias Freguesias. -----

-----A respeito do saneamento, mencionou a existência de verbas definidas e que havia a possibilidade de, no final do ano, haver candidaturas, tal como para a água, quer em baixa, quer em alta, nomeadamente com a reformulação do sistema de captação e tratamento de água.-----

-----Quanto ao sistema de recolha de resíduos, disse que transitava para o ano seguinte, mas a candidatura seria feita ainda naquele ano. -----

-----Por último referiu ainda a eficiência energética, quer em equipamentos Municipais, quer na rede de iluminação pública, onde estava prevista a substituição progressiva por LED’s, cuja redução no consumo deveria rondar 40 a 60%, o que num custo de 600.000,00€ (seiscentos mil euros) anual, deveria permitir poupanças de 300.000,00€ (trezentos mil euros) por ano, se toda a rede de iluminação pública fosse mudada. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais, lembrando os tempos de intervenção de cada força política. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, que começou por referir os 20.000,00€ (vinte mil euros) para passeios no Corticeiro e Carapelhos, que já estavam prometidos desde o início do mandato. Contudo, disse que lhe parecia que aquela verba não seria suficiente. -----

-----A respeito da iluminação, disse que a pergunta que tinha pensado fazer já tinha sido esclarecida pelo Sr. Presidente da Câmara.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A propósito da requalificação, convidou o Sr. Presidente da Câmara a estar presente na reunião seguinte com o arquiteto que estava a fazer o projeto, uma vez que gostariam de fazer a intervenção também no Largo. -----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que, relativamente aos objetivos do Orçamento, referiu a correção do traçado e repavimentação da Variante Sul, que era uma obra que vinha de 2007, seguida de uma empreitada de 2008, a qual não tinha “realizado” nenhum e tinha 131.000,00€ (cento e trinta e um mil euros) para aquele ano, pelo que solicitou esclarecimentos das duas situações.-----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que começou por mencionar que não tinha votado contra nos anteriores orçamentos apresentados por aquele Executivo. Contudo aquele era um terceiro orçamento apresentado por aquele Executivo e deveria ser mais emblemático e ambicioso, até porque o do ano seguinte poderia ser mais eleitoralista.-----

-----Disse que estava um pouco aquém das suas expectativas para Mira e deu como exemplo: a falta de um cineteatro, que considerou uma aposta séria na cultura. -----

-----Lembrou o mote “Turismo todo o ano” e disse que Mira tinha de facto condições, talvez até para ter a melhor praia do mundo, mas as circunstâncias não eram as mais favoráveis. Referiu nesse âmbito a questão dos jacintos, louvou todas as iniciativas, mas considerou que não seria aquela a solução, sugerindo ao Executivo que ponderasse a compra de uma máquina semelhante à da Câmara Municipal de Águeda, que até já tinha sido alugada à Câmara Municipal de Mira. -----

-----Sugeriu a criação de uma praia fluvial, eventualmente na Lagoa de Mira, onde considerou que havia excelentes condições. -----

-----A respeito das GOP's referiu a intervenção nas margens da Barrinha, Lagoa e Casal de S. Tomé, bem como na zona do antigo Campo de Futebol do Touring, onde estavam previstos 1.000,00€ (mil euros) para cada intervenção, e disse que não entendia o que podia ser feito com aquele valor.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu a execução das bancadas e balneários para o Estádio Municipal, onde estavam previstos 30.000,00€, o que considerou que estava bem e que já era para ser executado no ano anterior. Contudo disse que se estavam a esquecer que era ainda necessário fazer a sede do ALA-Arriba, o que tinha sido definido no protocolo celebrado aquando da cedência do campo de futebol ao Município. -----

-----Reportou-se posteriormente aos auxílios económicos e considerou que 10.000,00€ (dez mil euros) eram uma quantia “irrisória”, tendo em conta o contexto socioeconómico atual. -----

-----Quanto ao apoio aos Bombeiros, disse que o Executivo podia ir mais além e dar mais do que estava previsto naquele documento. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que disse que o Sr. Presidente da Câmara já tinha dado uma explicação geral a respeito do Orçamento Municipal e congratulou-se com o facto de terem deixado de ser apresentados orçamentos empolados. Acrescentou que considerava o realismo do Orçamento exequível.

-----Quanto às GOP's, referiu o valor relativo à intervenção na ponte da Barra, onde constavam 1.000,00€, o que considerou um valor manifestamente baixo tendo em conta o estado em que se encontrava. -----

-----A respeito do apoio aos Bombeiros, disse que não se devia pronunciar, uma vez que fazia parte da Direção, mas reconhecia que sendo a associação mais importante do Concelho, na medida em que protegia e socorria a população em caso de necessidade, pelo que o Executivo poderia ir um pouco mais além. Nesse contexto mostrou-se esperançoso de que o ano seguinte trouxesse esperança e boas-novas para aquela associação. -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por agradecer a intervenção do Sr. Gabriel Pinho e anuiu com a articulação com a Associação.-

-----Quanto ao que estava em orçamento para os passeios, disse que era o possível, mas teriam que ver. -----

-----De seguida respondeu ao Sr. Eng.º Rui Terrível, explicando que os valores a que se tinha reportado diziam respeito a dois processos judiciais que estavam em curso, de 2008 ou 2009, que totalizavam cerca de 560.000,00€ (quinhentos e sessenta mil euros) os quais estavam refletidos no valor da dívida, mencionado pelo Sr. Prof. Paulo Grego. Acrescentou que aquele montante, relativo à obra de acessos à “Pescanova”, tinha que ser pago, mas tinha que constar no orçamento e rondava já, com todos os encargos, cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros). Mais disse que tinha havido negociações entre o Município e o Autor, naquele caso, o empreiteiro, no sentido de um eventual acordo do processo. ---

-----Continuou a sua intervenção referindo a necessidade de resolução do referido processo, para que o mesmo deixasse de constar no Orçamento, à semelhança de outros, que se arrastavam havia vários anos. -----

-----Respondeu ao Sr. Carlos Nora, lembrando que tinha começado por dizer que o Orçamento era realista, apesar daquele o considerar “pouco ambicioso”. Contudo, disse, não entendia que um cinema ou um cineteatro, em Mira, fosse uma prioridade, até porque a justificação apresentada, de que outros Municípios tinham, tinha levado a que existissem piscinas, campos de futebol, pavilhões multiusos e infraestruturas a mais, que depois tinham um grande custo de manutenção. Anuiu, no entanto, que talvez fosse necessário um anfiteatro, de pequenas dimensões, que eventualmente pudesse receber algumas conferências. -----

-----Em conclusão disse que se tratavam de questões políticas, de avaliação de necessidades do Município, mas também era certo que tinham que fazer as contas e planear de acordo com os instrumentos de que dispunham e, naquele



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento, mesmo que quisesse, não conseguia arranjar financiamento para um cineteatro.-----

-----A respeito da Barrinha, disse que, tal como tinha referido, estava a aguardar o término do Estudo de Impacto Ambiental, sem o qual não era possível fazer nada, mas também aí a competência era do Estado.-----

-----Quanto à praia fluvial, onde constavam apenas 1.000,00€ (mil euros), disse que, no financiamento não definido, constavam 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros), o que permitia, se fosse feita uma candidatura e se a mesma fosse aprovada, que o valor transitasse do financiamento não definido, para o definido, ou seja, o valor passaria para 251.000,00€ (duzentos e cinquenta e um mil euros). Acrescentou que se aplicava o mesmo à ponte da Barra e a outras situações, o que permitia que, havendo candidaturas aprovadas, o valor transitasse, o que tinha reflexos no orçamento, mas com a receita assegurada.

-----No que tocava ao Ala-Arriba, disse que, como o Sr. Carlos Nora também sabia, existia um compromisso, assumido havia vários anos, entre o Município de Mira e aquela associação, mas construir os balneários era muito mais urgente do que a sede.-----

-----Quanto aos Bombeiros, disse que o valor que tinha sido proposto por aquela associação tinha sido de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), o que constava no orçamento era 77.000,00€ (setenta e sete mil euros). A proposta dos Bombeiros abrangia as “EIP’s”, o que não podia ser, dado que existia um protocolo com a Autoridade da Proteção Civil, onde constavam 32.000,00€ (trinta e dois mil euros); era vigilância nas praias, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros) e havia uma rubrica nova de 40.000,00€ (quarenta mil euros), o que era um aumento significativo e poderia ser progressivo, para além que não estavam contabilizados os valores para aquisição de material, nomeadamente para atribuição de apoio para uma ambulância, que seria de 15.000,00€ (quinze mil euros), o que rondava cerca de 90 a 95.000,00€ (noventa a noventa e cinco mil euros) de apoio aos Bombeiros.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Para terminar, disse ainda que o valor definido para auxílios económicos era idêntico a anos anteriores. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que solicitou esclarecimentos relativamente às intervenções previstas nas GOP's, nomeadamente: intervenção nas margens da Barrinha, Lagoa e Casal de S. Tomé, o que já tinha sido explicado; intervenção no antigo Campo de Futebol do Touring, onde constavam 300.000,00€ (trezentos mil euros), o que não tinha sido bem clarificado; “requalificação de edifícios municipais”, onde estavam previstos cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros). -----

-----Quanto à sua apreciação geral do documento, disse que lhe parecia extenso, vago e nada objetivo, tendo referido a necessidade de quantificar algumas ideias apresentadas ao longo dos textos, pese embora pudessem constar depois nos quadros. -----

-----No âmbito de um pedido do Sr. Presidente da Câmara para que os Membros da Assembleia dessem o seu contributo para o “Mira 2020” disse que o Partido Socialista tinha dado o seu contributo, o qual estava versado em apenas seis páginas, considerando apenas o que seria desejável e exequível. Portanto não compreendia como é que um orçamento não podia ter sido feito de forma mais concisa. No entanto, disse também que compreendia que houvesse exigências da administração central relativamente à apresentação daqueles documentos, mas para a Assembleia Municipal ter uma apreciação crítica, aquele documento não ajudava nada. -----

-----Perguntou onde estava refletida a dívida com a Incubadora e se estava ou não consolidada no Orçamento. -----

-----Deu ainda nota de uma rubrica designada “outros serviços” onde estavam definidos 2.316.000,00€ (dois milhões trezentos e dezasseis mil euros) dentro



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de uma rubrica que tinha 4.000.000,00€ (quatro milhões), o que considerou que não era claro. -----

-----Apresentou outro assunto em relação ao qual disse que gostaria de ser esclarecido, que era a iluminação LED, que estava dentro das propostas do “Portugal 2020”. -----

-----Por fim perguntou qual era o motivo para ser feito o investimento na envolvente das margens da Barrinha, Lagoa e Casal de S. Tomé, onde estavam previstos 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros) e na zona do antigo campo do Touring, onde estavam previstos 300.000,00€ (trezentos mil euros). -

-----Interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que começou por considerar que era um orçamento realista, ajustado, transparente e factual. Nesse âmbito, comentando a intervenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim, deu como exemplo de transparência na “ação social” onde constava a “Requalificação do Centro de Dia do Centro Social e Paroquial do Seixo de Mira”, que estava incluído no Orçamento Participativo, bem como a “Requalificação da Rua dos Moliceiros junto ao Centro Social e Paroquial do Seixo de Mira”.-----

-----Acrescentou que o Orçamento era, de facto, realista, porque se recuassem até 2010 tinham um Orçamento de 22.000.000€ (vinte e dois milhões de euros), com uma Taxa de Execução de 45%, portanto estavam no bom caminho. -----

-----Considerou óbvio que enquanto Presidente de Junta de Freguesia, tal como todos os Membros da Assembleia, gostaria de ver muitas obras na sua Freguesia e localidades. Contudo, se avaliassem aquele Orçamento, de um modo geral, podiam verificar que estavam 4.000.000€ (quatro milhões de euros) para “Despesas de Pessoal”, 6.000.000€ (seis milhões de euros) para “Despesas Correntes” e 2.000.000€ (dois milhões de euros) para “Despesas de Investimento”, o que era efetivamente pouco, mas também era difícil que fosse mais.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse ainda que era um Orçamento que refletia igualdade de oportunidades para os Mirenses, quer no acesso à escola pública, quer no ambiente, na cultura, no desporto, entre outras rubricas. Do mesmo modo considerou que refletia a atenção do Executivo em relação ao Concelho, às suas oportunidades e potencialidades, para além de conter atividades e ações nas áreas da educação, cultura, turismo, desporto, juventude, bem como ao quadro comunitário “Portugal 2020”. -----

-----Para terminar considerou ainda que aquele era um Orçamento de proximidade e solidário, quer com todo o movimento associativo, com os acordos que tinha com as Juntas de Freguesia, bem como com os próprio Bombeiros, que em 2015 tinham recebido cerca de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e no ano seguinte receberiam cerca de 92.000,00€ (noventa e dois mil euros).-----

-----Como Presidente de Junta de Freguesia deixou também o desafio de revisão dos protocolos de cooperação para que fosse aumentado o valor da comparticipação do Município. -----

-----Salientou a aposta na eficiência energética, e perguntou se tinha sido desenvolvido algum estudo ou se o Sr. Presidente da Câmara tinha noção de qual era a poupança que esperava ter com o investimento previsto.-----

-----Manifestou agrado pelo investimento na área do “Saneamento e Salubridade” e questionou o Executivo relativamente às suas expectativas até ao final do mandato.-----

-----Quanto ao Ordenamento do Território, disse que havia também investimentos em todas as Freguesias. -----

-----A propósito do Cineteatro, anuiu na sua necessidade, e disse que tinham referido naquele órgão que o Sr. Presidente da Câmara tinha aproveitado projetos que eram do anterior Executivo, o que considerou positivo, até porque tinha existido um projeto para um auditório, num mandato do Dr. Maduro, que tinha sido abandonado por um Executivo PS. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminou a sua intervenção fazendo votos de que aquele Orçamento fosse implementado e se transformasse numa realidade, o que motivava o próprio e os elementos do PSD a votar favoravelmente aquela proposta. Reiterou ainda um agradecimento ao Executivo Municipal pela linha que tinha vindo a tomar, que estava de parabéns e que Mira teria seguramente um bom futuro. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que começou referir que a sua intervenção seria dividida em duas partes, sendo a primeira uma pergunta dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente se tinha um novo assessor jurídico. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que afirmou que a perguntou não se enquadrava no assunto em discussão, pese embora o Sr. Presidente da Câmara pudesse responder à questão. Contudo, deu a palavra ao Sr. Dr. Francisco Reigota, de modo a que desse continuidade à segunda parte da sua intervenção. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, que continuou a sua intervenção afirmando que a questão apresentada tinha tudo a ver com o assunto em discussão, na medida em que tinham sido colocadas questões pela bancada do Partido Socialista, às quais o Sr. Presidente da Câmara tinha respondido com auxílio de alguém, pelo que, de forma clara, estava a questionar de quem se tratava. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que informou o Sr. Dr. Francisco Reigota de que devia continuar a sua intervenção, restando-lhe ainda cinco minutos e vinte e dois segundos. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, que começou por agradecer e, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, disse que respeitava inteiramente a sua opinião, bem como a de qualquer outro Membro da Assembleia. Contudo considerou que a análise do Orçamento era um momento de grande importância para os cidadãos, pelo que não deveria haver tanta pressa na discussão daquele assunto. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Assim, continuou a sua intervenção tendo-se manifestado surpreso, até pelo bom relacionamento que mantinha com o Executivo, pelo facto de não ter sido minimamente auscultado a respeito daquele Orçamento. -----

-----Relembrou que no primeiro Orçamento, para 2014, tinha votado favoravelmente porque tinha havido aquela reverência, o que não se tinha passado no orçamento do ano seguinte nem naquele que estavam a discutir, o que lamentou. Contudo disse que compreendia que todos os esforços e todo o tempo que tinham que despender fosse unicamente direccionado para o MAR, para que a aprovação do documento ficasse acautelada. -----

-----No mesmo sentido lamentou a postura dos elementos do MAR, que considerou que tinham passado a ser claramente do PSD, que tinham assumido que aquele Orçamento era do MAR, o que compreendia que era um direito deles. No entanto os Membros da Assembleia do Partido Socialista também tinham sido eleitos, e estando em democracia também deviam ter tratamento igual. Mais disse que aquele documento devia ser de todos, que também gostariam de defender aquele documento perante a população, mas para isso teriam que ter ouvido os Membros da Assembleia do Partido Socialista, o que não se tinha verificado. Acrescentou ainda que desconhecia a visão do Executivo e aquele documento, que o seu conhecimento era apenas fruto da leitura que tinha feito do documento e que, independentemente do que pudesse dizer naquele momento, nada seria alterado e contra factos não havia argumentos. -----

-----Relativamente ao Orçamento disse que a “Despesa com Pessoal” aumentava, o “Gabinete da Presidência”, de 2013 para 2016, aumentava cerca de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros), a rubrica “0408” – “Famílias”, no ano anterior previa 83.500,00€ (oitenta e três mil e quinhentos euros) e tinha passado a ter 259.000,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil euros), o que não percebia, sequer a que dizia respeito. -----

-----Contudo, o que quer que o Sr. Presidente da Câmara respondesse não ia alterar nada, mas gostaria de ter tido a oportunidade de discutir aquele



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

documento, à semelhança do que fazia, tantas vezes, sobre assuntos, onde tentava ter uma postura de abertura e colaboração para com o Executivo. -----

-----Referiu-se ao seu congénere, Dr. Tiago Cruz, como um bom autarca, considerando que desempenhava um bom trabalho, contudo, na questão política, disse que havia coisas que os separavam claramente. Nesse contexto, a propósito da referência ao Executivo do PS que tinha abandonado uma obra do Executivo anterior, disse que eram questões antigas, que a obra tinha “caído” por não ter as condições devidas e que atualmente tinha lá um bom espaço público que devia ser aproveitado e divulgado, dentro da cultura e do turismo.--

-----Voltando novamente ao Orçamento, disse que, apesar de ser o terceiro daquele Executivo, continuava com a dúvida em relação ao caminho que se pretendia seguir, que não havia uma visão global. Contudo concordou que se aproveitassem as possibilidades de candidaturas a fundos comunitários, o que devia acontecer integrado numa visão global, não em coisas furtivas. -----

-----Relembrou a necessidade de revisão do contrato com a ERSUC, da recolha do lixo, limpezas, entre outras situações que poderiam melhorar “o todo”, mas apenas era possível com a soma das partes e aquele documento era apenas uma parte, porque o resto não conheciam. -----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que começou por agradecer ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia por lhe permitir usar da palavra, quando o tempo já tinha terminado. Contudo ressaltou que tinha a noção de que, sendo a discussão do Orçamento, tinham mais tempo para intervir e daí terem mais intervenções do que o que era de esperar. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que referiu que tinham falado sempre, quando queriam. -----

-----Continuou o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS), que agradeceu a reverência. -----

-----Assim, começou por referir que quem como ele já estava na Assembleia Municipal havia algum tempo, tinha a noção das argumentações usadas consoante se estava no poder ou na oposição. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Face ao exposto apresentou uma análise muito negativa do documento em discussão, quer pela sua dimensão, quer pela falta de clareza. Do ponto de vista político, disse que o PS tinha sido completamente ignorado na elaboração daquele documento, o que era recorrente, quer para com os Membros da Assembleia, quer para com os Vereadores da Câmara Municipal. -----

-----No entanto disse que o Orçamento tinha também algumas novidades, quer na sua elaboração, quer na apresentação, o que, na sua opinião, se traduzia num documento mais confuso e de mais difícil leitura. Em suma, disse que da leitura do documento não conseguia perceber o que o Executivo pretendia fazer no ano que se seguia. -----

-----Acrescentou que de tal forma era complexo o documento que o Sr. Presidente da Câmara tinha tido a necessidade de referir algumas obras, as quais não tinha percebido ao ler o documento. Estranhou também que a técnica que tinha assinado o documento não pudesse estar naquele momento presente para o defender, o que talvez tivesse que ver com a forma como tinha sido elaborado o documento. Do ponto de vista político disse que aquele era o Orçamento dos “ses”, “se abrisse”, “se encaixasse”, “se houvesse”, mas na prática não conseguia perceber qual era o rumo que fosse tomar. -----

-----Face ao exposto solicitou ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que, antes da votação, autorizasse a interrupção da sessão, durante breves minutos, para que pudessem conferenciar, até porque a discussão tinha trazido dados novos relativamente ao assunto em discussão. -----

-----Deixou ainda uma última nota de como o “Orçamento não batia certo”, tendo referido que no texto constava a importância do saneamento, que com a concretização do que estava planeado poderiam chegar a uma cobertura de 37%, mas havia uma diminuição do investimento no saneamento, quando o recomendado em 2013 era uma cobertura de 90%. Ou seja, consideravam o saneamento importante, ia haver um aumento para 37%, mas verificava-se uma diminuição no investimento, o que não compreendia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminou dizendo que tinha ficado mais descansado com a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, mas o mesmo não podia dizer em relação ao documento em discussão.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que começou por lembrar que tinha dito que os Orçamentos no passado eram muito empolados, com verbas que se sabia que não eram exequíveis e depois faziam “o fato à medida”. -----

-----Tal como tinha dito o Sr. Dr. Tiago Cruz, 4.000.000€ (quatro milhões de euros) eram para “Despesas de Pessoal”, 6.000.000€ (seis milhões de euros) para “Despesas Correntes” e 2.000.000€ (dois milhões de euros) para “Despesas de Investimento”. -----

-----Lembrou ainda a intervenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim, que tinha dito que havia muitas páginas para analisar e que tinha elaborado um documento que em poucas páginas tinha explanado tanto como o que estava naquelas 240.-----

-----Ao Sr. Prof. Paulo Grego disse que quando estavam na oposição eram “acusadores” e quando estavam no poder eram “auditores”, o que era óbvio. Era a democracia a funcionar. -----

-----Face ao exposto perguntou se o Partido Socialista, nomeadamente o seu líder de “bancada”, continuava a receber em papel aquele documento, ao que lhe responderam que sim. Considerou que era quase um “info-excluído”, até pela idade que tinha, o que não acontecia com o Partido Socialista, que tinha elementos jovens, tal como o Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que pela sua intervenção dava a impressão que tinha um desconhecimento total daquele documento. Contudo o Sr. Presidente da Câmara tinha esclarecido que algumas rubricas estavam abertas, com pequenas quantias, para hipotéticas candidaturas. -----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, que disse que não tinha nenhuma procuração para defender o Sr. Presidente da Câmara. Disse ainda que tinha gostado da intervenção do Sr. Dr. Tiago Cruz, que estava preparada, ao contrário da sua. Contudo disse que, de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acordo com a sua consciência, talvez fosse o Membro da Assembleia com mais anos de experiência uma parte dos quais a ser “governado” pelo Partido Socialista e tantas vezes tinha dito que não era “ouvido nem achado” na elaboração do Orçamento. O que lhe respondiam era que no ano seguinte sim, mas aquele ano nunca tinha chegado e havia Orçamentos que tinham obras que ainda naquele momento eram para fazer. Tal como havia 100.0000,00€ (cem mil euros) que eram para a Associação de Solidariedade Social e que ainda não tinham sido pagos.-----

-----No ano passado, disse, a Praia de Mira tinha 13 obras no Orçamento e a Freguesia dos Carapelhos tinha muito poucas, mas considerava que eram obras necessárias e se o Sr. Presidente da Câmara também assim pensava, então não devia dizer nada, que era o que tinha feito.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que felicitou a equipa que tinha elaborado o Orçamento, e que disse que não era preciso ler as mais de 200 páginas, que bastava ler algumas para perceber a estrutura do documento e o que estava “em jogo” era: água, saneamento e resíduos, telecomunicações, entre outras obras.-----

-----Relativamente aos “golpes” e ao “exercício do poder” em Mira, durante aqueles últimos anos, se uns tinham “rasgado projetos”, outros tinham “metido obras a baixo” e tinham andado muitos anos com “comédia”. -----

-----Disse ainda que estavam presentes todas as rubricas necessárias e suficientes para melhorarem a qualidade da água de consumo humano, que continuava péssima, alargar a rede de saneamento e estendê-la a mais população. Contudo a falta de projetos de execução era preocupante, para lançar concursos, porque depois as verbas “deslocavam-se” para a rubrica correta.-----

-----No entanto, disse, que o que o preocupava era que à medida que se juntava mais rede de saneamento à já existente, os custos subiam muito, o que devia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser renegociado e mesmo repensado o sistema de saneamento, sobretudo na zona nascente do Concelho.-----

-----Relativamente à água, disse que tinha lido naquele documento que o custo de um novo tratamento para a água iria custar muito dinheiro, que era necessário um tratamento adequado, até porque não era só no percurso que ela se estragava.-----

-----Quanto às telecomunicações, considerou-as essenciais para desenvolver o Concelho, especialmente nas Zonas Industriais, nomeadamente na nova Zona Industrial do Montalvo, onde havia necessidade de que ficasse tudo preparado, do mesmo modo que era necessário haver um reforço no Polo I e no Polo II. Acrescentou que a fibra ótica passava na Estrada Florestal n.º 1 e que se podia trazer para outros sítios, como o centro do Concelho para a distribuir melhor, para que tivessem mais sinal, mais rede, mais velocidade.-----

-----No que tocava aos resíduos, indo ao encontro da intervenção do Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, das relvas nos contentores, podas e entulhos, naturalmente que a Câmara ia pagar ao peso e que não tinha como conferir se o peso era igual ao que era posteriormente faturado. Mas o erário público era constantemente sobrecarregado com aquele tipo de utilização indevida dos contentores verdes, o que já acontecia havia longos anos. No entanto não era por se colar um autocolante que se resolvia o problema, antes era preciso ter um regulamento que definisse situações e sanções, do mesmo modo que era necessário encontrar soluções para as pessoas.-----

-----Quanto ao facto do MAR ter sido ouvido, perguntou ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata se se tinham ouvido nos últimos anos. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Dr. Francisco Reigota, no seu direito de resposta. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que disse que o Sr. Gabriel Pinho tinha feito bem o seu trabalho,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de tal forma que já tinha mais algumas obras no Orçamento e a Praia de Mira já tinha reduzido aquele número. -----

-----Dirigiu-se ao Sr. Eng.º Rui Terrível e disse que era a primeira vez que fazia parte daquele órgão e que tinha sido eleito, que teria que responder por si e que, relativamente ao passado, cada um teria o seu e teria que o analisar. -----

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) que se dirigiu ao Sr. Dr. Francisco Reigota e ao Sr. Prof. Paulo Grego e disse que era a referência que tinham feito relativamente ao MAR era uma questão de “jeito”, porque não estavam a saber fazer democracia. Acrescentou que se lhes desse “jeito” o MAR não aprovar o Orçamento ou qualquer outra proposta, quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, lembravam-se dele. -----

-----Acrescentou que naquela Assembleia tinham que fiscalizar, pedir esclarecimentos e escamotear qualquer assunto que tivessem em relação ao Orçamento, contudo teria que ter sido feito num momento anterior. Nesse âmbito o MAR tinha procurado, atempadamente, junto do Executivo, apresentar propostas que tinham negociado, dentro do possível, pelo que estavam de acordo com o Orçamento, que também continha propostas da autoria do MAR. O que não podiam era ser acusados de ser “Maria vai com as outras”. Tinham as suas ideias, que tinham sido negociadas e incluídas naquele Orçamento. ----

-----**Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** começou por esclarecer que o Orçamento tinha sido elaborado pelos técnicos dos serviços, pela Dr.ª Cristina e pelo Dr. João e com a ajuda do Dr. Olinto, que era um técnico especialista na área das finanças e que tinha vindo a colaborar em algumas matérias, nomeadamente na organização e implementação da Contabilidade de Custos, bem como outras,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dado que havia escassos recursos naquela área. Acrescentou que tinha um contrato de prestação de serviços e que também tinha colaborado na elaboração daquele documento.-----

-----Acrescentou que a estrutura daquele Orçamento era exatamente igual à dos últimos anos. Num primeiro ano tinham sido acusados de seguirem a estrutura dos anos anteriores, portanto tinha que haver alguma coerência: ou tinham seguido ou não tinham seguido a anterior. -----

-----Quanto à afirmação do Sr. Eng.º Calisto Coquim, a respeito da falta de transparência daquele Orçamento e da questão do número de páginas, disse que não concordava. Nesse sentido disse que a primeira parte do Orçamento tinha uma introdução, que era uma nota prévia feita por si e que tinha um pequeno resumo da estrutura e de qual era a visão política do Orçamento, seguida de um pequeno resumo designado “Enquadramento Legal”, seguido do enquadramento do próprio Orçamento. A “Análise estrutural do Orçamento”, a “Estrutura da Evolução do Orçamento”, “Análise estrutural das opções do Plano”, eram 18 páginas e lá estava tudo sobre o Orçamento. Depois tinham as GOP onde eram referenciadas as grandes obras, que eram 9 páginas. O resto eram imposições legais.-----

-----No separador “Áreas relevantes para o ano 2016”, tinham “Administração Geral”, onde constava a política e o entendimento para a modernização administrativa do Município, nomeadamente o “Mydoc”, com 9 páginas. -----

-----De seguida tinham a “Proteção Civil”, com as áreas de intervenção e onde era explicada a estratégia para aquele setor. Referiu ainda o “Ensino não superior”; a “Ação social”; o “abastecimento de água”, onde o Sr. Eng.º Rui Terrível tinha lido a questão do valor para fazer o tratamento da água; “Saneamento e salubridade”; “Resíduos sólidos”; “Proteção, ambiente e conservação da natureza”; “Cultura”; “Turismo”; “Desporto”, o que somava 19 páginas e que explicava a estratégia e a linha do Orçamento. Depois, disse, havia ainda as “GOP”, onde constavam as obras e a sua explicação.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Respondeu ao Sr. Eng.º Calisto Coquim, a respeito das intervenções no antigo Campo de Futebol do Touring”, que eram obras de proteção contra cheias e proteção da orla costeira, que eram obras que podiam fazer nas envolventes das margens, nomeadamente obras de requalificação e regeneração urbana, tendo em vista a proteção contra os riscos de cheias e inundações.-----

-----A respeito do número de páginas disse que, tal como o Orçamento do ano anterior, a questão da Incubadora também tinha sido considerada, nomeadamente “Transferências para outras entidades” que tinha um custo de 180.000,00€ (cento e oitenta mil euros) por ano, que eram transferência que faziam através do contrato de arrendamento que estava ali refletido no Orçamento. -----

-----Quanto aos LED’s e aos critérios de prioridades de intervenção, disse que, como tinha tentado explicar, ainda as próprias entidades discutiam se o investimento era reembolsável, ou se era financiado a 85%. Ou seja, “reembolsável” era emprestar dinheiro às Câmaras para fazer a mudança e, de acordo com a poupança que tivessem, tinham que devolver o dinheiro, isto é, funcionava como um empréstimo, mas tinha outro nome.-----

-----O que era óbvio era que tinham colocado rubricas que estavam pensadas e definidas na estratégia de globalidade do Município e a eficiência energética passava por isso. Respondendo à questão do Sr. Dr. Tiago Cruz, disse que gastavam cerca de 600 a 700.000,00€ (seiscentos a setecentos mil euros) de iluminação pública. Qualquer estudo de eficiência energética de iluminação LED previa uma redução de 50 a 60% daquele valor, pelo que poderia representar uma poupança anual, se tudo fosse mudado no Concelho, de 300 a 350.000,00€ (trezentos a trezentos e cinquenta mil euros), que ficaria disponível para ser aplicado noutras coisas.-----

-----Em relação à intervenção do Sr. Dr. Francisco Reigota, também confirmou que existia bom relacionamento e que, naquele âmbito e no seguimento de todas as reuniões que tinham tido, teria que reconhecer que aquele Orçamento refletia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as suas preocupações, nomeadamente a obra do Cemitério da Praia de Mira, a ponte da Barra, referida pelo Sr. Pedro Nunes, entre outras intervenções na Praia de Mira. -----

-----Desmentiu uma realidade, que era o aumento do Gabinete, mas se olhasse tinha que somar as duas rubricas: “Órgãos autárquicos”, “Vereadores” e “Despesas com o Gabinete”. -----

-----Em relação à rubrica “Famílias e outras”, onde constavam 240.000,00€ (duzentos e quarenta mil euros), referia-se aos “CEI’s”, ou seja Contratos de Emprego e Inserção, que era uma forte aposta do Município, ou seja, contratação de pessoas em situação de desemprego de longa duração ou com Rendimento Social de Inserção. Nesse âmbito referiu o número de pessoas que tinham vindo a contratar naquelas situações, tendo referido que eram pessoas que asseguravam os serviços, muitas vezes com muita qualidade, nomeadamente na área dos Armazéns Municipais.-----

-----Quanto a renegociar o contrato com a ERSUC, disse que era um pouco difícil, quando o contrato estava em vigor e só terminava em 2017 ou 2018. No que tocava ao preço disse que era fixado anualmente em Assembleia Geral daquela entidade, enquanto que o preço do transporte era o que estava definido no contrato. O preço por tonelada, disse que tinha vindo a baixar e que se previa que naquele ano viesse a baixar e o que podiam e deviam repensar era, em 2017, renegociar a recolha. -----

-----No que tocava à questão da transparência, disse que havia clareza no Orçamento, mas havia regras no POCAL, que definia as regras de apresentação do próprio documento, com a utilização de números, mas eram regras e tinham que as cumprir. -----

-----A respeito do saneamento disse que havia uma rubrica que aumentava uma vez que no ano anterior tinham lançado 300.000,00€ (trezentos mil euros) de obra de saneamento, em dezembro, que tinham transitado para o ano seguinte.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu também que as duas obras de saneamento tinham sido financiadas em mais de 100.000,00€ (cem mil euros). -----

-----Quanto à “visão global” do Orçamento, disse que ia no sentido de arranjar formas de financiamento. -----

-----Referiu também a Zona Industrial do Montalvo, que era uma aspiração de longos anos e tinha sido apenas brevemente referida pelo Sr. Eng.º Rui Terrível, cuja rubrica previa um investimento de 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros), naquele momento sem financiamento, ou seja, totalmente suportado pelo Município e aquela era a “visão global” do Executivo: criação de emprego, através de ações como aquela é que se podia criar emprego; eficiência energética, como os LED's, reduzindo despesa para depois fazer outras obras. Aquilo era uma “visão global”, do mesmo modo que o era o facto de estarem preparados e o Município ter capacidade de endividamento, mas nem sequer se pensava nisso, o que se pensava era conseguir financiamento a 85% para aquela “visão global”, para poderem fazer obras, que eram discutíveis. Onde disse não haver grande margem de discussão era a forma de financiamento, quando havia “Despesas de Pessoal” que rondavam os 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros), “Despesas Correntes”, as quais tinham que reduzir e que rondavam os 5 ou 6.000.000,00€ (cinco ou seis milhões). -----

-----Respondeu ao Sr. Eng.º Calisto Coquim que a rubrica que tinha referido dos 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) era de onde saía o valor para a ERSUC, para a SIMRIA, EDP, entre outras.-----

-----Quanto à água e ao saneamento, disse que eram questões de elevados custos e só poderiam fazer grandes obras de saneamento com financiamento. Por isso era tão importante olhar para o calendário que previa, para 2016, para estarem atentos ao que podiam fazer e ao que podiam se candidatar. Também a “visão estratégica e global” passava por aquelas obras e intervenções.-----

-----Contudo concordou que podiam não ser claros nas suas apresentações, mas que eram questões técnicas e estava ali a transparência e a clareza e o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo estava ali para prestar os esclarecimentos que entendessem necessários. -----

-----Finda a explicação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que começou por constatar que o que tinha dito estava mais ou menos correto e que tinha ficado mais esclarecido com as explicações do Sr. Presidente da Câmara. -----

-----Contudo chamou a atenção do Sr. Presidente da Câmara que não tinha respondido a duas questões essenciais: uma era o valor de 301.000,00€ (trezentos e um mil euros) para obras de “Requalificação de Edifícios Municipais”, e qual o motivo de ter sido definido como prioritárias as duas obras das margens da Barrinha e do antigo Campo de Futebol do Touring, quando por exemplo se falava muito em saneamento e os 550.000,00€ (quinhentos e cinquenta mil euros) podiam ser usados naquela área. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões.-----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara, que esclareceu que a primeira questão do Sr. Eng.º Calisto Coquim estava incluída na “Política das Cidades”, designado por “PARU”, ou seja, dizia respeito a requalificação de edificado existente e tanto podia ser em espaço público, como em edificado público. Como exemplos disse que podiam incluir edifícios como a Casa do Visconde, o Mercado Municipal, a Casa da Criança e que alguns Município já tinham apresentado a sua candidatura e que Mira também iria candidatar-se. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou todos os presentes de que tinha-lhe sido entregue um documento relativo à sessão Extraordinária da Assembleia com os seguintes elementos: data – 30 de janeiro de 2016; local – Incubadora; hora – 14h30; publicidade – nos jornais. Deu como nota a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessidade de fazer chegar atempadamente o documento aos Membros da Assembleia, bem como fazê-lo de uma só vez. -----

-----Acrescentou que iniciada aquela sessão a Mesa decidiria quando entendesse pela suspensão da sessão, com vista à intervenção informal do público presente, que definiria também o tempo de suspensão, retomando-se posteriormente a sessão da Assembleia Municipal.-----

-----VOTAÇÃO -----

-----Submetido a votação, o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com oito abstenções dos elementos do Partido Socialista e os restantes votos a favor, dos elementos do Partido Social Democrata, do Movimento Autárquico de Renovação e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos. Não se registou qualquer voto contra. -----

-----Declaração de voto:-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que disse que o Partido Socialista se tinha absterido na votação daquele Orçamento para 2016 principalmente valorizando a discussão que tinha havido naquele órgão.-----

-----Acrescentou que apesar de todas as reservas e todas as desconfianças em relação àquele Orçamento, tinham considerado que nada como o esclarecimento e o diálogo que os podiam levar a mais uma vez não se oporem a um Orçamento do Partido Social Democrata, com uma espécie de acordo do MAR, embora não assumido. No entanto, disse, deixavam a ressalva e a disponibilidade para que na elaboração do próximo Orçamento o grupo do Partido Socialista, representado pelo seu líder Prof. Doutor Fernando Regateiro, articulasse com o Executivo, se assim o entendesse, para poderem dar os seus contributos para o Orçamento do ano seguinte.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** pediu autorização à Assembleia Municipal no sentido de alterar a ordem do dia, passando o ponto cinco a ser discutido antes do ponto quatro, uma vez que o Sr. Vice-Presidente da Câmara teria que se ausentar.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Dado que nenhum dos presentes apresentou qualquer objeção, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto cinco da ordem do dia.----

-----**PONTO CINCO: Aprovação, nos termos da alínea k) e ccc) do n.º 1, do artigo 33.º conjugado com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do projeto de Regulamento Municipal das Atividades de Animação e Apoio à Família, Ação Social Escolar e Componente de Apoio à Família do 1º Ciclo, da rede pública do Município de Mira.**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento. -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara que começou por explicar que aquele regulamento pretendia sintetizar num único documento um conjunto de deliberações da Câmara Municipal que havia em relação às áreas de Animação e Apoio à Família, de Ação Social Escolar e da Componente de Apoio à Família do 1.º Ciclo. Acrescentou que para além de ter sido elaborado um único documento tinha sido também harmonizado de acordo com a legislação em vigor, na medida em que havia legislação recente.-----

-----Portanto, pretendia-se que aquele regulamento permitisse aos pais e encarregados de educação saberem como é que se regulavam as suas relações com o Município numa área em que tinha responsabilidades, que era o 1.º Ciclo. Acrescentou que tinha havido necessidade de introduzir alterações à forma como eram calculados os apoios sociais, que de acordo com a legislação era segundo o abono de família. Por outro lado também havia alguns anacronismos, que era o facto das crianças do 1.º Ciclo da Escola Básica de Mira e do Jardim-de-Infância de Mira, que faziam pagamentos à escola, que no final do ano passava uma declaração e transferia a verba para o Município, em relação às refeições, mas depois não era possível a emissão da fatura eletrónica. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Naquele momento a situação tinha sido ultrapassada, bem como implementadas outras formas de pagamento, com a faculdade de procederem ao pagamento através de multibanco e futuramente seria implementado o sistema de “e-banking”. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que referiu que, atendendo a que a fatura iria ser enviada pelo Município, através do correio ou da escola, tendo em conta que havia um agravamento de 50% se a fatura fosse paga fora do prazo, se fosse como as faturas da água, enviadas fora do prazo, trazia alguns constrangimentos, do mesmo modo se fosse através da escola, onde bastava a criança estar doente e faltar alguns dias. -----

-----Assim, perguntou se era possível fazer “débito-direto” para a conta da água, porque não fazê-lo também para aquele pagamento, isso porque ao fazer o pagamento fora do prazo haveria um agravamento de 50%, quando o erro podia ser dos correios, ou a criança ficar doente.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Vice-Presidente da Câmara** que esclareceu que até àquele momento o pagamento era feito antecipadamente e os dias que faltassem eram descontados no mês seguinte. A situação tinha sido alterada, na medida em que a fatura devia refletir um serviço prestado e não a prestar, ou seja, naquele momento o que era faturado era o que tinha sido efetivamente consumido.-----

-----Acrescentou que as faturas estavam a ser distribuídas através da escola, a quem pediam que avisasse o Município, caso as crianças faltassem. Quando a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fatura não era levantada atempadamente, havia também o cuidado de tentar avisar os pais, por contacto telefónico. -----

-----Ausentou-se o Sr. Gabriel Pinho. -----

-----**VOTAÇÃO** -----

-----Submetido a votação, o ponto cinco da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto quatro da ordem do dia. -----

-----**PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos previstos no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em articulação com o disposto no n.º 3, do art.º 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, da 10.ª alteração ao PPI do ano de 2015.**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que, como tinha referido na discussão do Orçamento, o Executivo pretendia, ainda naquele ano, abrir o concurso público para a realização das obras da Zona Industrial do Montalvo. Nesse sentido, disse que havia uma rubrica em 2015, como financiamento não definido, de cerca de 3.000,00€ (três mil euros), à qual se somavam 100.000,00€ (cem mil euros) para o ano 2016 e o mesmo valor para 2017, o que totalizava 203.000,00€ (duzentos e três mil euros). Contudo a obra tinha um custo de 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros), de modo que havia necessidade de fazer uma alteração orçamental. Uma vez que aquela alteração implicava rubricas dos anos seguintes, o assunto tinha que ser apresentado em sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Acrescentou ainda que era habitual aquela sessão da Assembleia Municipal ser realizada apenas em dezembro, mas dado que o Orçamento já estava pronto e que havia aquela necessidade, o concurso público seria apresentado no dia seguinte em reunião de Câmara, sendo aprovadas as propostas em ambas as



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reuniões, o concurso podia ser aberto, havendo um ganho de cerca de um mês no procedimento formal do concurso público para as obras. Para além de que havia também, por parte dos investidores, interesse em que as infraestruturas estivessem preparadas. -----

-----Contudo sublinhou que não haveria qualquer reflexo no presente ano de 2015. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que referiu que não tinham nada contra o assunto “*de per si*”, mas como interferia com o Orçamento de 2016, em consonância com a votação do Orçamento, o grupo do Partido Socialista ir-se-ia abster.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que começou por dizer que a sua intervenção era em nome do grupo do Partido Social Democrata, que não se tinham manifestado durante o debate do Orçamento, porque existia aquela proposta, que dizia respeito à Zona Industrial do Montalvo.-----

-----Como Presidente da Junta de Freguesia de Mira disse que ficava muito satisfeito por verificar que, finalmente, iria existir uma Zona Industrial no Montalvo, ou seja, ia ser uma realidade. Manifestou a sua convicção de que iria ser um contributo essencial para o desenvolvimento da Freguesia e do Concelho, com a instalação de empresas e criação de riqueza, que era muito necessário.

-----Perguntou ainda como tinham chegado ao valor dos 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros). -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por esclarecer o grupo do Partido Socialista de que aquela proposta não teria qualquer alteração ao Orçamento de 2016, antes era uma alteração ao Plano Plurianual de Investimentos de 2015, onde estava uma rubrica aberta no valor de 3.000,00€ (três mil euros). Contudo, apesar de haver abertura de concurso público, não haveria qualquer tipo de execução durante o corrente ano. -----

-----O valor dos 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros) tinha sido calculado com base no custo da realização das infraestruturas para quatro lotes, ou seja, o acesso e as infraestruturas para os referidos lotes, como passeios, estradas, saneamento e comunicações, ficando o resto preparado para responder de forma rápida, caso surgisse algum interessado. Acrescentou ainda que já tinha recebido dos investidores 170.000,00€ (cento e setenta mil euros) que já tinham pago o lote. -----

-----Ausentou-se o Sr. Carlos Nora. -----

-----VOTAÇÃO -----

-----Submetido a votação, o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com sete abstenções dos elementos do Partido Socialista e os restantes votos a favor, dos elementos do Partido Social Democrata, do Movimento Autárquico de Renovação e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos. Não se registou qualquer voto contra. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto seis da ordem do dia. -----

-----PONTO SEIS: Integração de servidão no domínio público municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e a alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que se tratava da integração de uma servidão na Praia de Mira, em que apesar de estar definido como servidão já era quase uma via pública, contudo havia a necessidade de resolver problemas existentes, pelo que teria que passar a ser domínio público.

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as intervenções habituais.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que perguntou quantos utentes iria servir aquela via, ao que o Sr. Presidente da Câmara lhe respondeu que seriam três prédios. -----

-----VOTAÇÃO -----

-----Submetido a votação, o ponto seis da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**. -----

-----Não participou na votação o Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente de Junta de Freguesia da Praia de Mira, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, antes de dar por encerrada a sessão, dirigiu-se aos Membros da Assembleia tendo manifestado alguma incompreensão face a algumas situações apresentadas naquele órgão. Contudo, disse, que tentava ser o mais correto possível no cumprimento do Regimento daquela Assembleia Municipal, deixando mesmo ultrapassar os tempos de intervenção quando entendia que os assuntos eram de interesse para o Concelho. -----

-----Acrescentou que, por vezes, a interpretação era a de que estava a retirar a palavra, o que não era verdade, e naquele dia tinha-o demonstrado, na medida em que todos os tempos tinham sido ultrapassados e, mesmo assim, todos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham tido a oportunidade de se manifestar relativamente aos assuntos da ordem dia.-----

-----Disse ainda que de futuro podia fazer cumprir o Regimento, ou seja, apenas intervinham os elementos que o líder de cada grupo municipal autorizasse, o que não tinha vindo a ser feito. -----

-----Terminou a sua intervenção agradecendo que, de futuro, não pensassem que ele tentava cortar a palavra a ninguém, que não era esse o caso, mas gostaria que fossem mais precisos no cumprimento do Regimento. -----

-----ENCERRAMENTO -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)